



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638734 - SP (2021/0002024-5)

RELATOR : **MINISTRO NEFI CORDEIRO**
IMPETRANTE : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO
ADVOGADO : CLAUDINEI DONIZETE BERTOLO - SP286948
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CLAUDETE DA SILVA OLIVEIRA (PRESO)
OUTRO NOME : CLAUDETE PEREIRA DA SILVA
CORRÉU : DANIEL DONIZETE DA SILVA
CORRÉU : ROBERTA MARIA CARVALHO AUGUSTO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de CLAUDETE DA SILVA OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (N. 0016606-94.2015.8.26.0320).

A paciente foi condenada à pena de 5 anos de reclusão em regime inicial fechado, pela prática do crime previsto no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

O impetrante sustenta "a ocorrência de constrangimento ilegal, decorrente da não aplicação do § 4º do art. 33 da Lei nº 11.343/06 e da manutenção do regime inicial Fechado ao paciente, ante a ausência de fundamentação concreta para a imposição do regime mais rigoroso que o previsto para a pena aplicada" (fls. 4-5).

Requer, em pedido liminar, possa a paciente aguardar em regime aberto o julgamento definitivo do mérito do presente *habeas corpus*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja fixado o regime aberto para o cumprimento da pena e seus consectários legais.

Subsidiariamente, requer a imposição de regime semiaberto para início de cumprimento da pena aplicada.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 09 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente